

VERSÃO CORRIGIDA E REVISADA

PRESIDENTE, CONSELHEIROS E COORDENADORES DOS GRUPOS DE TRABALHO DA ASAV SINDICATO SE REÚNEM COM A REITORIA DA UFV

Na manhã do dia 6 de maio, o presidente da Asav Sindicato, Evaristo Rosa, e o diretor de Formação do Trabalhador, José Carlos da Silva, os coordenadores do Grupo de Trabalho Carreira (Rodrigo Cardoso, Luciano Piazza, Tiago Campos e João Bosco de Oliveira) e do Grupo de Trabalho Pautas Internas (Giovani Giacomini, Alley Procópio e Carlos Francisco Valente) se reuniram com Demetrius Davi da Silva e Rejane Nascentes, reitor e vice-reitora da UFV.

Segundo Evaristo, um dos objetivos da reunião era refletir sobre as mudanças da universidade e dos servidores no pós-greve, além de apresentar os Grupos de Trabalho (GT) e discutir pautas orçamentárias e administrativas.

Rodrigo Cardoso, coordenador do GT Carreiras, apresentou o Grupo e discorreu sobre suas atividades, ressaltando a sincronia entre as reuniões do GT e a agenda de reuniões da categoria com o MGI e outras entidades envolvidas nas tratativas do acordo de greve. Em seguida, Giovani Giacomini, um dos coordenadores do GT Pautas Internas, também apresentou o Grupo e comentou sobre a mudança do perfil dos servidores, das relações de trabalho e da própria administração ao longo do tempo. Ressaltou que o GT busca atender à necessidade de entender a conjuntura atual, a fim de adequar o conhecimento, o entendimento e a busca pelas soluções das correntes demandas da classe.

GREVES E PARALISAÇÕES

O reitor e a vice-reitora foram atualizados sobre a agenda de lutas da Fasubra, federação à qual a Asav Sindicato é vinculada, que prevê a realização de paralisações nos dias de todas as reuniões do MGI que tratarem sobre o acordo de greve assinado no ano passado, bem como a possibilidade de envio de caravanas e também da possível deflagração de uma nova greve.

Sobre isso, Demetrius relatou preocupação, já que mesmo com os servidores técnico-administrativos paralisados ou em greve, a UFV não pode parar as atividades, pois os servidores docentes não obrigatoriamente seguem o mesmo calendário de lutas. Outra preocupação é o calendário de aulas, que já se encontra bastante apertado devido à reposição dos dias perdidos na greve de 2024. Contudo, manifestou compreensão à justeza da luta dos trabalhadores, reconhecendo que de fato o governo tem demorado a atender os

acordos assinados e que respeitará a decisão da categoria caso uma nova greve seja deflagrada.

CARREIRAS

Segundo Rodrigo, a Comissão Nacional de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação (CNSC) aprovou as regras de transição do desenvolvimento das carreiras (por exemplo, a aceleração) no início de fevereiro mas, até o momento, nada foi concretizado; por isso, as paralisações têm sido a forma de protesto contra essa demora. Demetrius afirmou que entende a pressão dos servidores em verem concretizada a regra de aceleração acordada e que tem ciência de que algumas instituições estão implementando-a antes mesmo de ser oficializada. Contudo, considera esta decisão muito arriscada. “Se nós cedermos e depois tivermos que voltar atrás e devolver, é complicado”, disse.

ORÇAMENTO

O Ministério da Educação sofreu um corte de R\$7,15 bilhões no orçamento, obrigando o órgão a remanejar os recursos. Desta forma, o orçamento total previsto para esse ano para as 69 universidades é de R\$6,33 bilhões, incluindo custeio e pessoal.

De acordo com o reitor, o orçamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) é composto pelo orçamento do ano anterior mais reajuste pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA (para 2025, 4,2%). Porém, o orçamento deste ano destinado às IFES veio com um corte de 5% em relação ao do ano passado. Enquanto isso, custos de obras e mão de obra por exemplo são corrigidos não só pelo IPCA mas também por outros índices – ou seja, cada vez menos recursos para pagar por serviços cada vez mais caros.

Do Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA até a chegada do dinheiro na universidade, o caminho é o seguinte: o congresso aprova a Lei Orçamentária Anual - LOA, o presidente sanciona e publica-se Decreto de Programação Orçamentária (DPO), que diz como o orçamento vai ser gasto (em 2025, ele foi publicado em 30 de abril).

Em uma situação normal, a cada mês a universidade receberia pouco mais de 8% do orçamento total do ano; mas, de janeiro a maio deste ano, a UFV recebeu pouco mais de 6% por mês devido ao atraso na LOA. Neste cenário, de acordo com o reitor, a UFV só tem conseguido arcar com as contas devido a uma reserva pré-existente, já prevendo este acontecimento.

Porém, de acordo com o DPO promulgado há poucas semanas, a situação piorou ainda mais: até novembro, a UFV só receberá 5,25% do orçamento por mês, sendo que os quase

37% restantes estão reservados para dezembro. Isso é um grande problema pois, segundo o reitor, a maioria das despesas da universidade (como água, luz, obras etc.) são continuadas, e liberar a maior parte do recurso só em dezembro cria uma imensa dificuldade para que se faça uma boa gestão orçamentária, prejudicando inclusive as licitações.

30 HORAS E PGD

Quando questionado a respeito da posição da reitoria sobre a implementação das 30 horas e do Programa de Gestão e Desempenho (PGD), temas caros para a categoria, Demetrius foi enfático: “cada instituição é um caso diferente”. Ele citou casos de IFES em que o PGD foi de fato implementado. Contudo, algumas delas precisaram reverter a decisão devido a consequências caóticas surgidas a partir de então, o que criou um grande embaraço. De acordo com ele, o PGD está sendo implementado em alguns setores da UFV como piloto e os resultados estão sendo avaliados, a fim de que a viabilidade de expandi-lo para outros setores seja estudada com calma.

Sobre as 30 horas: o setor contemplado é obrigado legalmente a atender ao público e funcionar de maneira contínua. Ele cita alguns exemplos: no Registro Escolar, o regime de 30 horas em jornada contínua possibilitou que estudantes dos períodos noturnos tivessem facilitado o acesso ao serviço prestado pelo setor; a PCD está integralmente em jornada contínua por demanda da Reitoria, bem como a Divisão Psicossocial, a Divisão de Saúde e a Assistência Estudantil.

Em resumo: as soluções não são simples e precisam ser conversadas setor a setor, de maneira consciente e sempre com foco em prestar atendimento adequado ao público ao mesmo tempo em que se busca atender às necessidades dos servidores.

AVALIAÇÃO

Os problemas orçamentários atuais apresentados e as previsões que apontam para um cenário futuro sombrio para a educação superior pública, gratuita e de qualidade retratam os efeitos deletérios do novo arcabouço fiscal, em vigor desde a recente aprovação da LOA. Danos imensuráveis ao funcionamento de várias universidades já vinham sendo notados nos anos anteriores, e tudo indica que os ataques ao orçamento destinado a um dos maiores direitos dos cidadãos brasileiros continuarão acontecendo.

O processo de terceirizações, parte do sistemático desmanche dos serviços públicos, tem cobrado seu preço. Em um cenário de redução contínua e sistemática dos repasses e de extinção de cargos sem reposição de vagas, arcar com custos anualmente reajustados dos

serviços terceirizados tem se mostrado um dos principais desafios à manutenção e mesmo à própria existência de serviços públicos.

A UFV tem conseguido manter as contas em dia às custas do esforço da administração superior e da sobrecarga de seus servidores – mas já estamos na iminência de atingir o limite. A modernização de laboratórios, reformas em edificações mais antigas, adequações a normas de acessibilidade, fundos para a capacitação dos servidores, expansão de auxílios e da assistência estudantil já sofreram com cortes inevitáveis. A recomposição adequada do quadro de servidores, mantidas as condições atuais, é uma impossibilidade. A tendência que se apresenta no horizonte do serviço público federal, no geral, e especificamente dos TAE é o aumento da sobrecarga e a precarização das condições de trabalho, dificultando que a UFV continue a operar com sua reconhecida qualidade.

Novas reuniões com a reitoria serão agendadas para que as conversas continuem, mas de antemão pode-se afirmar com certeza: se não houver forte mobilização e luta de todos os Servidores Federais em Educação, em breve não haverá mais pelo que lutar.

=====